A FORMAÇÃO DO CAMPO DISCIPLINAR DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Laiane Pereira[1]

Bráulio Loureiro[2]

INTRODUÇÃO

Este artigo vincula-se ao projeto de pesquisa docente intitulado "O Lugar do Marxismo no Campo Teórico das Relações Internacionais", coordenado pelo Dr. Bráulio Loureiro. O projeto docente tem como objetivo geral investigar se e como as produções intelectuais de base marxista aparecem no campo teórico das Relações Internacionais, uma vez que historicamente, no campo das Relações Internacionais, o marxismo foi posto à margem do debate dominante, sob a justificativa de que pouco contribuiria para as discussões centrais da área.

Sob esse enfoque, este artigo realiza um dos objetivos específicos do projeto docente, tendo como meta examinar a conformação histórica e a institucionalização do campo disciplinar de Relações Internacionais entre Europa e Estados Unidos (EUA) na primeira metade do século XX.

O estudo será desenvolvido em três etapas principais: inicialmente, será feita uma contextualização histórica da autonomização do campo disciplinas de Relações Internacionais, destacando o impacto das Guerras Mundiais e dos interesses geopolíticos nesse processo. Em seguida, serão analisadas as instituições acadêmicas pioneiras e seus papéis na consolidação da área como campo autônomo. Por fim, serão examinados os repertórios teóricos e metodológicos presentes nos currículos dessas instituições, evidenciando as influências intelectuais e os debates paradigmáticos que moldaram o desenvolvimento da disciplina.

O objeto de estudo deste trabalho são as Relações Internacionais como disciplina acadêmica e seu processo de formação e consolidação ao longo do século XX. Busca-se compreender os fatores históricos, teóricos e institucionais que moldaram sua autonomia disciplinar, destacando debates como o embate entre Idealismo e Realismo e o desenvolvimento das principais correntes teóricas das RI.

As transformações políticas, econômicas e sociais da primeira metade do século XX, especialmente as Guerras Mundiais, impulsionaram a necessidade de compreender e reorganizar as relações entre os Estados. Nesse contexto, destacaram-se as propostas do presidente norte-americano Woodrow Wilson e a criação de mecanismos internacionais supostamente voltados para a cooperação e a paz mundial, que ficaram conhecidos como "Os 14 Pontos de Wilson".

Esse cenário foi crucial para consolidar as Relações Internacionais, ao oferecer explicações teóricas para um sistema internacional em transformação. Porém, o campo se desenvolveu de forma desigual, marcado por contextos históricos, interesses institucionais e visões intelectuais distintas, sobretudo na Europa e nos EUA (PECEQUILO, 2016). Diante disso, emerge a pergunta fundamental que guia este trabalho: como ocorreu a formação histórica e a institucionalização do campo das Relações Internacionais entre a Europa e os Estados Unidos na primeira metade do século XX?

1 Discente do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: laianesantosuema@gmail.com

2 Professor Adjunto IV do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: cpol.brl@gmail.com

Para responder a essa questão é essencial analisar as dinâmicas sociopolíticas e acadêmicas que consolidaram as Relações Internacionais no início do século XX, período marcado pelas duas Guerras Mundiais, pela ascensão dos EUA como potência global e pela criação de estruturas normativas para garantir a estabilidade internacional. A Primeira Guerra Mundial provocou uma ruptura nas estruturas políticas e sociais europeias, exigindo reavaliação das relações interestatais. Nos EUA, o isolamento deu lugar a um papel global mais ativo, impulsionado pela guerra e pelo idealismo de Woodrow Wilson, defensor de instituições internacionais como a Liga das Nações para assegurar paz e cooperação.

A problematização envolve compreender como as discrepâncias entre os contextos europeu e norte-americano impactaram a elaboração de paradigmas, instituições e debates teóricos que ainda sustentam as Relações Internacionais. Assim, é relevante explorar de que modo esses processos históricos e institucionais influenciaram a disciplina e contribuíram para formar um campo de estudo que reflete as tensões, prioridades e contradições do período.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho, realizou-se levantamento bibliográfico e documental sobre a formação do campo disciplinar de Relações Internacionais. Entre os materiais bibliográficos principais, destacamos as obras de Giovanni Arrighi, O *longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo (1994),* Eric Hobsbawm, *Era dos extremos: o breve século XX (1995)*, José Flávio Sombra Saraiva, *Relações Internacionais: dois séculos de história (2001)*, João Pontes Nogueira e Nizar Messari, *Teoria das relações internacionais: correntes e debates (2005)*, Robert Jackson e Georg Sorensen, *Introdução às relações internacionais (2010)*, e Cristina Pecequilo, *Teoria das relações internacionais o mapa do caminho (2016)*. O levantamento buscou atender aos seguintes objetivos específicos: 1) contextualizar historicamente o momento de autonomização da disciplina, com atenção aos interesses geopolíticos relacionados à Primeira e a Segunda Guerra Mundial; 2) identificar instituições acadêmicas e centros pioneiros responsáveis pela fundação de departamentos e cursos específicos; 3) verificar repertórios teóricos e metodológicos presentes nos currículos dessas instituições.

Este trabalho adota abordagem qualitativa, bibliográfica e histórico-documental, apoiando-se em duas vertentes metodológicas principais. O materialismo histórico de Karl Marx é utilizado para compreender como as transformações econômicas, sociais e políticas influenciaram a autonomização da disciplina, situando-a nas dinâmicas de poder e nas contradições do capitalismo global durante as guerras mundiais. Essa perspectiva compreende que a realidade social é fundamentada nas condições materiais de existência, especialmente nas formas de produção e organização da vida em sociedade. Dessa forma, os fenômenos históricos, políticos e sociais são analisados a partir de seus contextos econômicos e estruturais, sem desconsiderar a influência das dimensões políticas e ideológicas presentes em cada período histórico (NETTO, 2011). O materialismo histórico permite analisar os conflitos e as contradições presentes na formação do campo disciplinar de Relações Internacionais, tanto em relação aos interesses geopolíticos quanto às disputas acadêmicas ideológicas que moldaram seus fundamentos.

Em complemento, recorre-se ao contextualismo linguístico da Escola de Cambridge, representada pelo historiador britânico Quentin Skinner (2002) e o historiador neozelandês John Pocock (2003). Esses historiadores defendem a importância de se analisar os textos políticos dentro de seus contextos históricos e linguísticos originais, influenciando o debate metodológico ao propor o contextualismo linguístico, que parte de uma abordagem que considera essencial a recuperação do contexto histórico e das intenções dos autores para a interpretação dos textos (SILVA, 2010).

Pocock critica a história tradicional do pensamento político por analisar apenas as ideias mais abstratas e filosóficas dos autores, ignorando como essas ideias se relacionavam com práticas e contextos históricos concretos. Para o autor, o pensamento político deve ser entendido dentro das linguagens e circunstâncias históricas em que foi produzido (SILVA, 2010). Skinner critica interpretações que tratam textos clássicos como portadores de ideias universais e coerentes fora do contexto histórico. Defende que os textos devem ser analisados conforme as intenções do autor, o contexto político e linguístico da época, evitando interpretações anacrônicas e simplificadoras (SILVA, 2010).

Em suma, examinar a conformação histórica e institucionalização acadêmica das Relações Internacionais entre Europa e EUA na primeira metade do século XX exige articular múltiplas abordagens. O materialismo histórico explica a autonomização da disciplina a partir das transformações econômicas e contradições do capitalismo no contexto das guerras. O contextualismo linguístico revela como os discursos dos pioneiros estavam ligados ao seu tempo histórico. Já a pesquisa bibliográfica e documental permite recuperar fontes para mapear instituições, currículos e teorias que estruturaram o campo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Relações Internacionais: a emergência da disciplina no contexto das guerras mundiais

A emergência das Relações Internacionais como disciplina acadêmica está intrinsecamente ligada aos traumas das duas Grandes Guerras que definiram o século XX, surgindo do esforço humano para compreender as causas desses conflitos globais e evitar sua repetição no futuro.

Sendo assim, e conforme sustenta Halliday (1999), os primeiros estudos acadêmicos voltados para as questões internacionais surgiram da necessidade de compreender as causas da guerra e encontrar formas de impedir novos conflitos no futuro. A guerra mencionada pelo autor é a Primeira Guerra Mundial, considerada um grande confronto de interesses entre as principais potências capitalistas da época, especialmente Grã-Bretanha e Alemanha, pela hegemonia do sistema internacional.

Antes dessa ruptura, o século XIX viveu sob a chamada Pax Britânica, um período de relativa estabilidade onde a hegemonia da Grã-Bretanha era sustentada pelo controle naval e por uma ideologia liberal de livre comércio. No entanto, o surgimento de novas potências como os Estados Unidos e, principalmente, a Alemanha unificada em 1870, que adotaram políticas protecionistas e buscaram expansão agressiva na África e Ásia, desafiou a supremacia britânica e criou um ambiente de tensão que culminou na Primeira Guerra Mundial:

> Potência hegemônica em declínio, que fora o berço da Revolução Industrial, e um dos pilares da construção do modelo político e econômico liberal (ao lado da França e dos Estados Unidos), e que consolidara o seu poder nos séculos XVIII e XIX, a Grã-Bretanha via-se pressionada pela expansão alemã na Europa e no mundo, que vivera, na segunda metade do século XIX, novo movimento de expansão colonial à África e à Asia (mundo afro-asiático). (PECEQUILO, 2016, p.7).

Durante a Primeira Guerra Mundial, formaram-se dois grandes blocos: as Potências Centrais, compostas pelo Império Alemão, Império Austro-Húngaro, Império Turco-Otomano e Bulgária; e os Aliados, formados inicialmente por França, Reino Unido e Rússia, além de outros países, como o Japão. A Itália, apesar de integrar inicialmente a Tríplice Aliança com Alemanha e Áustria-Hungria, posteriormente passou a lutar ao lado dos Aliados. Os Estados Unidos permaneceram neutros durante grande parte da guerra, entrando no conflito apenas em 1917, participação que foi decisiva para a derrota das Potências Centrais em 1918 (PECEQUILO, 2016; SARAIVA, 2001).

O desfecho desse primeiro grande conflito em 1918 trouxe a visão idealista do presidente norte-americano Woodrow Wilson como a base fundadora da disciplina. "Será a visão norte-americana de mundo, sintetizada no Idealismo do presidente Woodrow Wilson, a base do nascimento da disciplina de Relações Internacionais." (PECEQUILO, 2016, p.8).

Através de seus "14 Pontos", Wilson propunha uma revolução na diplomacia, substituindo tratados secretos por uma diplomacia aberta, promovendo o desarmamento e a criação de uma associação geral das nações (HOBSBAWM, 1995; SARAIVA, 2001).

Dessa vontade de "institucionalizar a paz", nasceu a Liga das Nações em 1920, como parte do Tratado de Versalhes. Contudo, a ordem do pós-guerra enfrentou fragilidades imediatas: a Alemanha, embora responsabilizada e obrigada a pagar reparações pesadas, não foi completamente derrotada; a Rússia passou por uma revolução bolchevique radical que a retirou do conflito e resultou na criação da União Soviética; e os próprios Estados Unidos, apesar do entusiasmo de Wilson, nunca integraram a Liga das Nações devido à rejeição do seu Senado (HOBSBAWM, 1995; JACKSON; SORENSEN, 2018; PECEQUILO, 2016).

A incapacidade da Liga das Nações em manter a paz foi agravada por crises estruturais e econômicas, especialmente a Grande Depressão de 1929, que aniquilou as esperanças de restaurar a estabilidade liberal do século anterior (HOBSBAWM, 1995).

Esse colapso econômico alimentou o surgimento de regimes totalitários na Itália e na Alemanha, onde líderes como Hitler e Mussolini utilizaram discursos ultranacionalistas e militaristas para conter movimentos operários e promover políticas de perseguição e extermínios de judeus, negros, ciganos, comunistas, homossexuais e outros grupos. Enquanto Roosevelt tentava salvar o liberalismo americano com o New Deal, a Alemanha nazista perseguia minorias e buscava expandir seu "espaço vital", o que levou à invasão da Polônia em 1939 e ao início da Segunda Guerra Mundial, o conflito mais destrutivo da história humana (ARRIGHI, 1994; HOBSBAWM, 1995).

A Segunda Guerra Mundial não apenas reconfigurou o poder global, mas também amadureceu a disciplina de Relações Internacionais, fortalecendo a corrente realista ao lado do idealismo inicial. O uso das bombas atômicas pelos Estados Unidos em Hiroshima e Nagasaki, embora oficialmente justificado para encerrar a guerra com o Japão, é interpretado também como um sinal estratégico para conter a influência da União Soviética no pós-guerra (HOBSBAWM, 1995; MUNHOZ, 2020).

Após o término da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos emergiram como principal potência global, estabelecendo uma nova ordem mundial que combinava aspectos do idealismo wilsoniano com uma visão realista do poder. Para as Relações Internacionais, isso significou amadurecimento das condições para a consolidação da disciplina (PECEQUILO, 2016).

Com o fim do conflito em 1945, as lições do fracasso da Liga das Nações foram aplicadas na criação da Organização das Nações Unidas (ONU), cujas bases foram lançadas em conferências como Dumbarton Oaks (1944) e Yalta (1945), culminando na Carta de São Francisco (HOBSBAWM, 1995; SARAIVA, 2001).

Em suma, a autonomização das Relações Internacionais esteve diretamente ligada às guerras do século XX, especialmente à Primeira Guerra Mundial. Na visão hegemônica difundida nos estudos da área, "cujo objetivo seria nunca mais permitir o sofrimento humano em tal escala." (JACKSON; SORENSEN, 2018, p.64). O impacto do conflito impulsionou a criação da disciplina, marcada pelo objetivo de compreender as causas das guerras e evitar que tragédias humanas dessa magnitude se repetissem.

Relações Internacionais: instituições e centros pioneiros da disciplina

As Relações Internacionais consolidaram-se como uma disciplina científica autônoma no início do século XX, com destaque para o Reino Unido e os Estados Unidos. O marco inicial

foi a criação do primeiro departamento de RI na Universidade de Gales, em Aberystwyth, em 1917, onde a proposta dos acadêmicos que fundaram a disciplina era essencialmente normativa, ou seja: "[…] tinham como objetivo organizar uma disciplina em torno do estudo da questão da guerra e, mais precisamente, com a finalidade de livrar a humanidade e suas consequências nefastas." (MESSARI; NOGUEIRA, 2005, p.3).

Sendo assim, as RI consolidaram-se como disciplina acadêmica no contexto anglo-saxônico, especialmente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, após a Primeira Guerra Mundial. Embora sua formalização tenha ocorrido em 1918, a área possui uma natureza essencialmente interdisciplinar, fundamentada em campos clássicos como a Ciência Política, História, Direito, Economia e Sociologia (PECEQUILO, 2016).

Em sua fase inicial, as RI foram profundamente influenciadas pelo liberalismo idealista, tendo como figura central o presidente norte-americano Woodrow Wilson. Wilson defendia que a paz duradoura poderia ser alcançada através da promoção de valores democráticos liberais, da autodeterminação dos povos e da criação de organizações internacionais, como a Liga das Nações. Esse modelo buscava substituir a "Realpolitik" e o equilíbrio de poder por uma ordem baseada na cooperação e no direito internacional, acreditando que instituições racionais poderiam controlar as ações dos Estados (JACKSON; SORENSEN, 2010).

Entretanto, a década de 1930 revelou as fragilidades dessa abordagem, uma vez que a Liga das Nações foi incapaz de conter o expansionismo de regimes autoritários na Alemanha, Itália e Japão. Diante desse cenário, emergiu o pensamento realista, que criticava o idealismo por sua visão "utópica" baseada em uma suposta harmonia de interesses. O acadêmico britânico E.H. Carr foi uma das vozes mais influentes nessa transição, argumentando em sua obra *Vinte anos de crise (1939)*, que as relações internacionais são, na verdade, marcadas por conflitos de interesses e pela luta constante entre Estados que ocupam posições privilegiadas e aqueles que tentam alterar o equilíbrio de poder (JACKSON: SORENSEN, 2010).

Posteriormente, Hans Morgenthau em sua obra *Política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz,* publicada em 1948, consolidou o realismo nos Estados Unidos ao fundamentar a política internacional na natureza humana, descrevendo-a como uma luta pelo poder. Para Morgenthau, os Estados agem de forma egoísta e pragmática para proteger seus próprios interesses em um ambiente de rivalidade constante. Assim, o embate entre o liberalismo idealista e o realismo estabeleceu um marco teórico centrado no poder e na competição, configurando o que se tornou um dos primeiros e principais debates fundamentais para a estruturação da disciplina de Relações Internacionais (JACKSON: SORENSEN, 2010; PECEQUILO, 2016).

Repertórios teóricos e metodológicos nos currículos iniciais de Relações Internacionais

Os estudos iniciais das Relações Internacionais, desenvolvidos na primeira metade do século XX, foram marcados por correntes como o realismo, o idealismo e o liberalismo, que contribuíram para os chamados "grandes debates" da disciplina e para sua consolidação teórica e metodológica. Ao longo do tempo, as Relações Internacionais firmaram-se como um campo multidisciplinar, incorporando contribuições da Ciência Política, Economia, Direito e História, mas mantendo como foco central a compreensão das dinâmicas do sistema internacional. Nesse contexto, os primeiros cursos e centros de pesquisa buscavam atender ao interesse público em relação aos acontecimentos internacionais e seus impactos na sociedade (LESSA; OLIVEIRA, 2013; NOGUEIRA; MESSARI, 2005; PECEQUILO, 2016).

A trajetória teórica das Relações Internacionais é estruturada pelos chamados "Grandes Debates" que funcionam como um "guarda-chuva" para identificar e compreender os procedimentos metodológicos e as teorias da disciplina, promovendo o diálogo entre as diferentes escolas de pensamento (PECEQUILO, 2016).

O Primeiro Debate, ocorrido entre 1918 e a década de 1940, teve um caráter ontológico, focando na definição do objeto de estudo das RI, o "internacional", sob a influência das Grandes

Guerras e da hegemonia norte-americana. Esse embate contrapôs os idealistas (liberais), liderados pelas propostas utópicas de Woodrow Wilson, aos realistas, representados pela crítica de E. H. Carr, que argumentava que o poder é o elemento central da política e que a teoria não deve se afastar da realidade prática. Com a Segunda Guerra Mundial e a necessidade de sobrevivência dos Estados, o Realismo emergiu como vencedor, consolidando-se academicamente com a obra de Hans Morgenthau em 1948 (JACKSON; SORENSEN, 2010; MESSARI; NOGUEIRA, 2005; PECEQUILO, 2016).

O Segundo Debate, que atingiu seu auge nas décadas de 1950 e 1960, deslocou o foco da natureza do objeto para a metodologia, marcando a chamada "revolução behaviorista". Esse confronto, conhecido como "Tradicionalismo versus Behaviorismo", opôs os métodos clássicos às abordagens científicas que buscavam maior rigor quantitativo, objetividade e previsibilidade, inspirando-se em áreas como a cibernética e a biologia para responder às demandas de segurança da Guerra Fria (MESSARI; NOGUEIRA, 2005).

Embora a investigação científica rigorosa e positivista tenha ganhado espaço na busca por padrões regulares, a disciplina não descartou as contribuições do realismo clássico como base para entender as dinâmicas de poder. Na década de 1970, surgiram os debates "neo-neo", com o Neorrealismo de Kenneth Waltz, que introduziu a análise estrutural e sistêmica, e o Neoliberalismo de Keohane e Nye, que, apesar de aceitar a anarquia sistêmica, enfatizou a cooperação e o papel das organizações internacionais na promoção da paz (MESSARI; NOGUEIRA, 2005; PECEQUILO, 2016).

Paralelamente a essa evolução, entre os anos 1970 e 1980, houve uma significativa expansão do pensamento crítico, com o surgimento de abordagens marxistas como a Teoria da Dependência de Cardoso e Faletto, a Teoria Crítica de Robert Cox, o "Sistema-Mundo" de Wallerstein e o materialismo histórico de Halliday (MESSARI; NOGUEIRA, 2005; PECEQUILO, 2016).

O Terceiro Debate, frequentemente chamado de Debate Interparadigmático envolveu o embate entre o realismo, o pluralismo e o estruturalismo, buscando não uma verdade única ou um método universal, mas um ambiente intelectual que permitisse a inovação e o questionamento constante. Há divergências teóricas sobre a classificação desses marcos, com alguns autores tratando o diálogo entre racionalistas e pós-positivistas como um quarto debate, enquanto outros o veem como um avanço do segundo (PECEQUILO, 2016).

Nesse cenário de diversidade, o Construtivismo emergiu entre o final dos anos 1980 e o início dos anos 1990, com autores como Nicholas Onuf e Alexander Wendt, desafiando o racionalismo ao defender que a realidade internacional é construída socialmente por meio de ideias, normas e identidades. Com o tempo, a disciplina incorporou outras perspectivas, como os estudos de gênero e o pós-colonialismo, que, embora inicialmente desenvolvidos nos grandes centros como EUA e Europa, passaram a integrar os currículos acadêmicos de regiões chamadas de "periferia da sociedade do conhecimento" a partir do final da década de 1990. Isso mostra uma mudança importante no campo das RI, que começou a aceitar e valorizar diferentes formas de olhar para os fenômenos internacionais (LESSA; OLIVEIRA, 2013).

As tradições teóricas das Relações Internacionais buscam em pensadores clássicos as raízes para legitimar seus estudos sobre as dinâmicas de poder, cooperação e conflito entre as sociedades. Como proposto na metodologia deste trabalho, o pensamento desses autores deve ser compreendido dentro das circunstâncias históricas e linguagens políticas de sua época, evitando a tendência disciplinar de tratá-los como portadores de verdades universais que explicam o sistema internacional contemporâneo de forma anacrônica.

O Realismo, uma das abordagens mais tradicionais, fundamenta-se na ideia de que o poder é o conceito-chave para analisar a política internacional. Suas origens remontam a Tucídides (460-406 a.C.), que em *"A Guerra do Peloponeso"* identificou a ambição, o egoísmo e o equilíbrio de poder como motores das ações humanas, vendo a guerra como um fenômeno natural gerado por assimetrias de poder e pela busca por sobrevivência (PECEQUILO, 2016).

Maquiavel (1469-1527), considerado o pai da política moderna, contribuiu ao enfatizar a realidade concreta e a necessidade de o governante agir com força e astúcia, as metáforas do leão e da raposa para garantir a estabilidade do Estado, rejeitando a moral cristã em favor de uma ética de resultados. Para Maquiavel, a política exige uma ética própria, baseada na responsabilidade com os resultados, e não na moralidade pessoal. "Procure, pois, um príncipe, vencer e conservar o Estado." (MAQUIAVEL, 2010, p. 81). Governar é, antes de tudo, garantir a força e a estabilidade do Estado, mesmo que isso exija decisões cruéis.

Já Thomas Hobbes (1588-1679), em seu livro "*Leviatã*", descreveu o estado de natureza como uma guerra de todos contra todos, onde a desconfiança mútua exige a criação de um Estado soberano para garantir a segurança interna; para os realistas, o cenário internacional replica essa anarquia hobbesiana, tornando a paz permanente uma ilusão, já que não existe um governo mundial superior aos Estados (JACKSON; SORENSEN, 2010; PECEQUILO, 2016).

Para Hobbes (2003), é possível sair dessa situação caótica e alcançar uma vida civilizada por meio da criação de um Estado soberano. Esse avanço correria quando os indivíduos, motivados pelo medo que sentem uns dos outros, decidissem colaborar e formar um pacto de segurança mútua. A finalidade desse Estado seria garantir a segurança dos homens, algo que não pode ser alcançado apenas pela lei natural. Diferente de alguns animais irracionais que conseguem viver em sociedade sem autoridade comum, os homens, devido às suas paixões e a busca por poder, necessitam de um poder coercitivo que unifique suas vontades.

É desse pacto de união e submissão da vontade individual a um só comando que nasce o Estado, cuja vontade representa a de todos, sendo esse o soberano; já aqueles que se submetem a ele são os súditos (HOBBES, 2003). Outros autores como Max Weber (1864-1920) e Hans J. Morgenthau também são pilares dessa corrente, reforçando a visão cética de que conflitos e insegurança são características inescapáveis da condição humana.

Em contraposição, o Liberalismo baseia-se na crença da razão humana, no progresso e na capacidade de cooperação. John Locke (1632-1704), é uma figura central nessa tradição, defendendo que, ao contrário da visão de Hobbes, o estado de natureza é marcado pela racionalidade e por uma convivência relativamente pacífica, onde os homens buscam proteger seus direitos invioláveis, como a liberdade e a propriedade, através de um pacto social (LOCKE, 2006; PECEQUILO, 2016).

Locke (2006), propôs que o governo deve ser limitado e dividido em funções (Legislativo, Executivo e Federativo), ideia que influenciou a posterior divisão de Montesquieu. No plano internacional, o liberalismo sugere que os Estados, sendo formados por indivíduos racionais, podem organizar-se por meio de pactos e leis para assegurar a cooperação, transformando a anarquia inicial em uma comunidade pautada no respeito aos direitos fundamentais.

Segundo John Locke, os homens criam sociedades e aceitam governos principalmente para garantir a proteção de suas propriedades e evitar a insegurança do estado de natureza. Nesse estado, não existem leis comuns reconhecidas por todos, juízes imparciais ou uma autoridade capaz de fazer cumprir decisões justas, o que favorece abusos, vinganças e conflitos constantes. Diante dessa instabilidade, os indivíduos preferem se unir em sociedade e transferir a uma autoridade comum o poder de resolver disputas e aplicar as leis (LOCKE, 2006).

No estado de natureza o homem possui o poder de agir livremente para preservar a si mesmo e aos outros, além do direito de punir quem viola a lei natural. Ao entrar em sociedade, parte dessa liberdade passa a ser limitada pelas leis coletivas, enquanto o poder de punir é entregue ao governo. Em troca, o indivíduo recebe a proteção das leis e da força comum. Assim, o objetivo do governo é garantir a liberdade, a segurança e a propriedade, sempre atuando por meio de leis fixas, juízes imparciais e do uso da força voltado ao bem público (LOCKE, 2006).

Segundo os princípios do liberalismo, os seres humanos tendem naturalmente à cooperação e à convivência pacífica, embora conflitos possam surgir em determinadas circunstâncias. Com incentivos e mecanismos adequados, é possível reduzir a desordem e ampliar a cooperação entre os atores internacionais. Dessa forma, a guerra não é considerada

inevitável, já que os Estados não buscam apenas poder, mas também podem agir orientados por valores como liberdade, igualdade e cooperação. Embora os Estados permaneçam como os principais atores das relações internacionais, outros agentes e organizações também possuem relevância. Assim, a ordem internacional pode ser construída por meio da lei, da cooperação e de relações mais equilibradas entre os diferentes atores (PECEQUILO, 2004).

O Idealismo, muitas vezes visto como a versão mais utópica do liberalismo, ganhou força no início do século XX ao defender que a guerra não é inevitável, mas sim fruto de decisões políticas que podem ser evitadas pela educação e pela criação de instituições internacionais. Immanuel Kant, em *"A Paz Perpétua",* antecipou o debate sobre a universalização de princípios legais e a formação de federações de Estados como caminho para a paz global. Norman Angell, em *"A Grande Ilusão"*, reforçou essa visão ao argumentar que a guerra era economicamente desvantajosa para todas as partes envolvidas (LESSA; OLIVEIRA, 2013).

O pensamento idealista também tecia críticas ao equilíbrio de poder, à ênfase na segurança coletiva, à crença de que seria possível neutralizar a anarquia entre os Estados e a dominação exercida pelas grandes potências. Em contrapartida, os idealistas acreditavam que a cooperação entre os Estados era viável por meio de um consentimento mútuo, especialmente no que diz respeito à segurança coletiva. Também depositava confiança no poder transformador da educação dentro da sociedade e na construção de instituições internacionais que pudessem garantir a paz e a prosperidade de forma duradoura.

Segundo Lessa e Oliveira:

> O idealismo considerou razões de ordem espiritual e material motivos das guerras, compreendendo assim a agressividade intrínseca à natureza humana, o fator de proteção e restauração da saúde das sociedades, a ativação do elemento econômico e o poder de silenciar agitações revolucionárias (LESSA; OLIVEIRA, 2013, p. 41).

Ou seja, para o idealismo, as guerras foram motivadas por uma combinação de fatores espirituais e materiais, incluindo agressividade natural do ser humano, a necessidade de proteger e restaurar a estabilidade das sociedades, interesses econômicos e o desejo de controlar o silenciar movimentos revolucionários.

O ápice político do idealismo ocorreu com Woodrow Wilson e seus "Quatorze Pontos", que promoveram a democracia liberal, a autodeterminação dos povos e a criação da Liga das Nações como instrumentos para garantir a segurança coletiva e a estabilidade internacional. Embora tenha enfrentado críticas realistas após as guerras mundiais, o pensamento idealista-liberal evoluiu para o internacionalismo liberal contemporâneo, integrando elementos de governança global, interdependência econômica e regimes democráticos como pilares da ordem mundial (LESSA; OLIVEIRA, 2013; PECEQUILO, 2016).

Segundo Pecequilo (2016), o idealismo liberal surgiu como uma alternativa ao realismo ao defender normas, cooperação e instituições internacionais. Um de seus principais marcos foi o discurso dos "Quatorze Pontos", apresentado por Woodrow Wilson em 1918, no qual propôs diretrizes para a reorganização da ordem internacional após a Primeira Guerra Mundial. Muitos desses princípios foram incorporados ao Tratado de Versalhes de 1919, incluindo a diplomacia aberta, o desarmamento, a liberdade de comércio, a devolução de territórios ocupados e críticas ao imperialismo, consolidando a defesa de uma ordem internacional baseada na cooperação e no liberalismo.

Entretanto, essas propostas também podem ser interpretadas de forma crítica, não como um projeto genuíno de paz internacional, mas como uma estratégia para conter os impactos da Revolução Russa de 1917 sobre o capitalismo e os Estados burgueses. Uma análise fundamentada no materialismo histórico revela que esse projeto estava intrinsecamente ligado às contradições do capitalismo global da época. Nesse contexto, ideias como democracia, autodeterminação dos povos e segurança coletiva funcionaram como instrumentos de legitimação da expansão liberal, enquanto a criação da Liga das Nações buscou reorganizar o sistema internacional em bases multilaterais ainda subordinadas aos interesses das potências capitalistas.

Halliday (1999) argumenta que as RI se estruturaram a partir de três grandes elementos: o interestetal, o transnacional e o sistêmico. Esses elementos permitiram o surgimento de várias especializações dentro da disciplina, como estudos de paz e guerra, análise de política externa, economia política internacional, organizações internacionais, e temas éticos como soberania, direitos e obrigações. Além disso, há também estudos focados em regiões específicas do mundo, como a América Latina e o Oriente Médio, onde as teorias são aplicadas a contextos particulares. A partir da década de 1980, outros temas passaram a ser incluídos nas RI, como questões ambientais, de gênero, comunicação internacional e os problemas enfrentados por países do Terceiro Mundo.

O autor explica que as RI foram tentando construir uma identidade própria, se diferenciando de outras áreas das quais surgiram. Primeiro, deixaram de focar apenas na história diplomática e passaram a usar análises mais teóricas e comparativas. Depois, se afastaram do direito internacional por não estudarem apenas leis e normas, mas também questões políticas e ideias sobre como o mundo deveria funcionar. As RI também se diferenciaram da ciência política porque analisam o sistema internacional, onde não existe uma autoridade acima dos Estados e onde os conflitos e a violência têm grande importância. Mesmo assim, a área continuou utilizando contribuições de disciplinas como economia, sociologia e geografia, especialmente mais recentemente com a sociologia histórica, que mostra como guerras e fatores internacionais influenciam a formação dos Estados (HALLIDAY, 1999).

Halliday alega que, se as Relações Internacionais tivessem uma "disciplina-mãe", essa seria o direito internacional, principalmente na Europa, onde esse padrão prevaleceu em vários departamentos (HALLIDAY, 1999, p. 23).

CONCLUSÃO

Os resultados obtidos demonstram que os objetivos propostos foram alcançados, evidenciando que a conformação e a consolidação das Relações Internacionais como campo disciplinar estiveram diretamente relacionadas às transformações políticas, econômicas e sociais do século XX. O estudo mostrou que as duas guerras mundiais, especialmente a Primeira Guerra Mundial, impulsionaram a necessidade de compreender os conflitos internacionais e de construir mecanismos voltados para a manutenção da paz, contribuindo para o surgimento institucional das Relações Internacionais. Nesse contexto, destacaram-se iniciativas como a Liga das Nações e, posteriormente, a Organização das Nações Unidas, que expressaram tentativas de reorganização da ordem internacional.

Este artigo também evidenciou que a consolidação acadêmica das Relações Internacionais ocorreu principalmente no Reino Unido e nos Estados Unidos, onde surgiram os primeiros departamentos e centros de pesquisa dedicados ao estudo sistemático da política internacional. O fortalecimento da área esteve associado à expansão da influência política e intelectual anglo-saxônica no pós-guerra, fator que marcou profundamente os referenciais teóricos e metodológicos da disciplina.

Além disso, a análise dos currículos iniciais permitiu identificar a constituição multidisciplinar do campo, estruturado a partir das contribuições da Ciência Política, História, Economia e Direito. As disputas teóricas entre idealismo, liberalismo e realismo deram origem aos chamados "Grandes Debates", responsáveis por moldar o desenvolvimento das Relações Internacionais ao longo do século XX. Posteriormente, o avanço de perspectivas críticas ampliou os horizontes analíticos da disciplina, reforçando o pluralismo teórico e metodológico como característica central do campo contemporâneo.

Conclui-se, portanto, que as Relações Internacionais constituem um campo dinâmico e em constante transformação, marcado por disputas paradigmáticas que acompanham as mudanças do sistema internacional. Ao reconhecer que o conhecimento não é neutro e está atravessado por relações de poder, o campo aprofunda sua função analítica e crítica. A valorização

da pluralidade teórica constitui, assim, uma condição essencial para sua renovação crítica e para a manutenção de sua relevância na compreensão da política global.

Como perspectiva para pesquisas futuras, destaca-se a necessidade de aprofundar os estudos sobre a ausência do marxismo na formação e consolidação das Relações Internacionais, investigando de que forma essa tradição teórica foi marginalizada ou incorporada ao desenvolvimento histórico do campo disciplinar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela vida e saúde. À Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), manifesto meu reconhecimento por ser espaço fundamental para minha formação acadêmica e científica. Em especial, agradeço ao meu orientador, professor Bráulio Loureiro, pela dedicação, paciência e valiosa orientação durante todas as etapas deste trabalho. Por fim, registo minha sincera gratidão à Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), cujo apoio por meio da bolsa PIBIC foi decisivo para a realização e conclusão deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX:** dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. 9ª reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto, 1994.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Ed UFRGS, 1999.

HOBBES, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos:** o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia de Letras, 1995.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às relações internacionais**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

LESSA, Antônio C.; OLIVEIRA, Henrique A. de. **Introdução ao estudo das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2013.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**. 4ª Ed. São Paulo: Vozes, 2006.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

MUNHOZ, Sidnei J. **Guerra fria história e historiografia**. Curitiba: Editora Appris, 2020.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 9-59.

NOGUEIRA, João P.; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais:** correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PECEQUILO, Cristina S. **Introdução às relações internacionais:** temas, atores e visões. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

PECEQUILO, Cristina S. **Teoria das relações internacionais:** o mapa do caminho - estudo e prática. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

POCOCK, John. G. A; MICELI, Sérgio (Org.). **Linguagens do ideário político.** São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2003.

SARAIVA, José Flávio S. (org.). **Relações Internacionais:** dois séculos de história. v.1. Brasília: IBRI, 2001.

SILVA, Ricardo. O contextualismo linguístico na História do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. **Dados**, Rio de Janeiro, v.53, n.2, 2010, p. 299-335.

SKINNER, Quentin. **Visões da política:** sobre os métodos históricos. Algés: Difel, 2002.